



Universidades Lusíada

Carvalho, António Manuel Luvualu de, 1983-

África : democracia e desenvolvimento económico-social

<http://hdl.handle.net/11067/2501>

<https://doi.org/10.34628/m5fb-v832>

Metadados

Data de Publicação	2014
Resumo	O que é que os cidadãos do mundo e de África, em particular, esperam de África, o continente berço da humanidade? Esta questão é profundamente transversal quando analisamos os preceitos básicos da organização das sociedades africanas para podermos projectar o que esperar de um continente relativamente "novo" em termos de vivências e também em termos da aplicação da democracia. O continente africano, tal como os outros continentes sempre existiram fazamos nós todos os enquadramentos que quisermos...
Palavras Chave	África - Política e governo, África - Condições económicas, África - Condições sociais
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 11 (2014)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T03:26:16Z com informação proveniente do Repositório

ÁFRICA: DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-SOCIAL

António Luvualu de Carvalho
antonioluvualudecarvalho@gmail.com

O que é que os cidadãos do mundo e de África em particular esperam de África o continente berço da humanidade? Esta questão é profundamente transversal quando analisamos os preceitos básicos da organização das sociedades africanas para podermos projectar o que esperar de um continente relativamente “novo” em termos de vivências e também em termos da aplicação da democracia.

O continente africano, tal como os outros continentes sempre existiram façamos nós todos os enquadramentos que quisermos tanto em termo das teorias geológicas ou até mesmo antropológicas. Contudo, a era dos descobrimentos marcada pelas viagens dos europeus um pouco por todo mundo entre os séculos XV e XVII colocou África no “centro” do mundo com incursões diversas neste continente até hoje ainda considerado como “virgem”. De lá até aos nossos dias, várias épocas marcaram a vida destas populações muitas delas com civilizações anteriores à chegada dos Europeus ou de outros povos. Para nós do universo lusófono, a história com África atinge os seus pontos mais altos com os primeiros grandes contactos quer de Diogo Cão com o Reino do Congo em 1482 e em 1488 quando Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança na África do Sul.

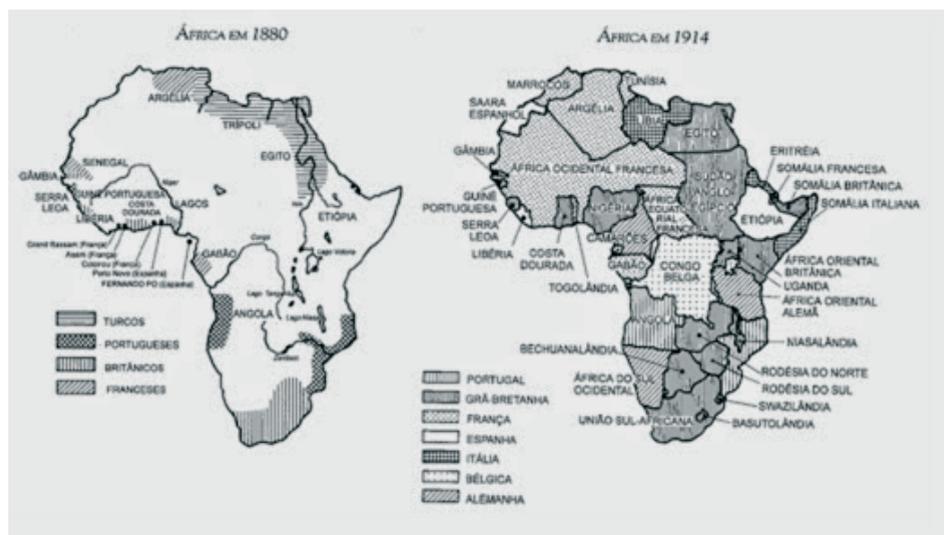
Deste ponto em diante, as relações entre os povos africanos e europeus não mais voltaram a ser as mesmas. A Conferência de Berlin realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885 proposta por Portugal e organizada pelo Chanceler alemão Otto Von Bismark onde participaram Grã-Bretanha, França, Espanha, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Estados Unidos, Suécia, Áustria-Hungria, Império Otomano e Portugal com o objectivo de se ditarem as “regras” da ocupação de África acabou por se tornar no evento mais referenciado como a base da “partilha de África” apesar de não ter sido este o seu objectivo principal.

O Império Alemão, país anfitrião, não possuía colónias em África, mas, tinha esse desejo e viu-o satisfeito, passando a administrar o “Sudoeste Africano” (actual Namíbia) e o Tanganica; os Estados Unidos possuíam uma colónia em África, a Libéria, só que muito tarde, mas eram uma potência em ascensão e tinham passado recentemente por uma guerra civil (1861-1865) relacionada com a abolição da escravatura naquele país; a Grã-Bretanha tinha-a abolido no seu império em 1834; a Turquia também não possuía colónias em África, mas era o centro do Império Otomano, com interesses no norte de África e os restantes países europeus que não foram “contemplados” na partilha de África, também eram potências comerciais ou industriais, com interesses indirectos naquele continente pode-se ler em muitas bibliografias disponíveis em várias enciclopédias.

Durante esta conferência, Portugal apresentou um projecto, o famoso Mapa cor-de-rosa, que consistia em ligar Angola a Moçambique para haver uma

comunicação entre as duas colónias, facilitando o comércio e o transporte de mercadorias. Sucedeu que, apesar de todos concordarem com o projecto, mais tarde a Inglaterra, à margem do Tratado de Windsor (estabelecido entre Portugal e a Inglaterra, sendo a mais antiga aliança diplomática do mundo ainda em vigor. Foi assinado em Maio de 1386 após os ingleses lutarem ao lado da Casa de Avis na batalha de Aljubarrota e com o sentido de renovar a Aliança Anglo-Portuguesa estabelecida pelos dois países em 1373), surpreendeu com a negação face ao projecto e fez um ultimato, conhecido como Ultimato britânico de 1890, ameaçando guerra se Portugal não acabasse com o projecto. Portugal, com medo de uma crise, não criou guerra com Inglaterra e todo o projecto foi-se abaixo. A Inglaterra tinha recebido um projecto de Cecil Rhodes para unir o Cabo ao Cairo e este projecto passava necessariamente por Moçambique chocando com a ideia portuguesa.

Como resultado desta conferência, a Grã-Bretanha passou a administrar toda a África Austral, com excepção das colónias portuguesas de Angola e Moçambique e o Sudoeste Africano, toda a África Oriental, com excepção do Tanganica e partilhou a costa ocidental e o norte com a França, a Espanha e Portugal (Guiné-Bissau e Cabo Verde); o Congo – que estava no centro da disputa, o próprio nome da Conferência em alemão é “Conferência do Congo” – continuou como “propriedade” da Associação Internacional do Congo, cujo principal accionista era o rei Leopoldo II da Bélgica; este país passou ainda a administrar os pequenos reinos das montanhas a leste, o Ruanda e o Burundi.



Mapas de África antes e depois da Conferência de Berlim. Fonte www.qieducacao.com



Cecil Rhodes propôs aos Ingleses a construção de uma linha férrea do cabo até ao Cairo(territórios Ingleses), em 1890. Mas como entrave tinham os territórios que pertenciam a Portugal (Angola e Moçambique).

Depois da Conferência de Berlim, o continente africano ficou entre o adormecimento e o arranque para a sua vida adulta pois para além de colonizado essencialmente por França, Reino Unido da Grã-Bretanha, Portugal e Bélgica, viu um mundo mergulhado em conflitos como a Primeira Guerra Mundial ocorrida entre 28 de Julho de 1914 a 11 de Novembro de 1918, os “Loucos” anos 1920 marcados pela abundância de dinheiro nas “novas” sociedades capitalistas e o nascimento de novos estilos de vida, o “Crash” da Bolsa de Wall Street ou “Quinta feira negra” o fatídico 24 de Outubro de 1929 que marcou a maior perda de sempre dos mercados bolsistas Norte-americanos causando a “Grande depressão”, África esteve sempre adormecida perante o “New Deal” e o nascimento dos regimes totalitários que levaram à Segunda Guerra Mundial ocorrida entre 1939 e 1945.

Todas estas questões algumas delas afectando mas com pouco impacte o continente africano em termos do desenvolvimento directo dos seus povos foram passando por África. Com o fim da II guerra mundial, começam a surgir os primeiros sinais de “emancipação” do continente africano com os movimentos da negritude de Léopold Sédar Senghor intelectual Senegalês e Aimé Fernand David Césaire poeta e politico francês nascido na Martinica que foram dando os primeiros sinais sobre a consciência da libertação do continente africano. As suas obras e feitos inspiraram vários jovens africanos na sua maioria estudantes

na Europa a criarem movimentos de resistência ao colonialismo europeu e a luta pela libertação de África. Portugal não foi excepção com a Casa dos Estudantes do Império a servir de local de concentração de muitos alunos que posteriormente organizaram-se e partiram para a luta colonial formando movimentos que evoluíram a partidos políticos que lutaram pela independência dos seus povos.

António Agostinho Neto em Angola, Amílcar Lopes Cabral na Guiné Bissau e Cabo Verde e Marcelino dos Santos de Moçambique são alguns exemplos de jovens que inspirados nestes movimentos criaram as suas próprias obras e formas de luta levando a independência dos seus países. Como aconteceu com os países dos PALOP, em grande parte dos casos os processos de independência foram sempre muito difíceis e sangrentos com guerras coloniais onde morreram centenas de europeus e milhares de africanos que defendiam as suas terras. Nesta ordem de ideias, com as mudanças introduzidas pela II guerra mundial de um mundo mais “democrático” com a introdução da Organização das Nações Unidas que tinha um organismo responsável pela descolonização dos países ainda sob domínio de outrem e claro com o mundo mergulhado numa perigosa “Guerra Fria” entre os dois aliados vencedores da guerra nomeadamente os Estados Unidos da América EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas URSS, África caiu mais uma vez numa espécie de esquecimento só lembrado pelas sangrentas guerras pela libertação que eram travadas entre as colónias e os movimentos de libertação.

Durante esse período de esquecimento perante o mundo, África avançava e os passos das independências começavam a ser mais firmes. O ano de 1960 foi histórico pois foi o ano marcado por um grande número de independências. Foram no total 17 países que conseguiram as suas independências neste ano ficando conhecidos como os países do “boom” das independências nomeadamente: Camarões: 1 de Janeiro, Togo: 27 de Abril, Mali: 20 de Junho, Senegal: 20 de Junho, Madagáscar: 26 de Junho, Somália: 26 de Junho, RD Congo: 30 de Junho, Benim (então Daomé): 1 de Agosto, Níger: 3 de Agosto, Burkina Faso (então Alto Volta): 5 de Agosto, Costa do Marfim: 7 de Agosto, Chade: 11 de Agosto, República Centro-Africana: 13 de Agosto, República do Congo: 15 de Agosto, Gabão: 17 de Agosto, Nigéria: 1 de Outubro, Mauritània: 28 de Novembro. Dos 17 países que proclamaram a sua independência, 13 eram colónias francesas, uma belga (República Democrática do Congo), uma inglesa (Nigéria), outra anglo-italiana (Somália) e outra anglo-francesa (Camarões). Esta última, que era colónia alemã e se dividiu depois da I Guerra Mundial em dois territórios – um sob administração inglesa e outro sob administração francesa –, proclamou uma soberania unificada, tal como tinha estado sob a administração alemã. Também a Somália unificou os seus territórios da Somália italiana e a Somalilândia inglesa.

Antes de se produzir o boom, isto é, de 31 de Dezembro de 1959, havia em África apenas dez países soberanos, quatro dos quais na África Subsariana: Libéria (desde 1847), África do Sul (desde 1910, com o nome de União Sul-Africana), Gana (desde 1957) e Guiné (desde 1958). Em 31 de Dezembro de 1960,

havia já 27 países soberanos. Entre 1961 e 1970 proclamaram a sua soberania outros 15 países, nove entre 1971 e 1980, um entre 1981 e 1990 (Namíbia) e outro entre 1991 e 2003 (Eritreia). Quase todos os 17 primeiros presidentes tinham uma boa formação académica. Alguns, como Léopold Sédar Senghor, eram prestigiados professores; outros estudaram Medicina ou magistério. Todos eles formaram ou fizeram parte dos primeiros agrupamentos políticos, impulsionaram a independência e converteram-se em autênticos pais da pátria. Os mais sensibilizados ideologicamente passaram de um certo marxismo teórico a um socialismo moderado, como Senghor, ou a um capitalismo sem complexos, como Houphouët-Boigny. Alguns deles, como Senghor, Houphouët-Boigny, Modibo Keita, Hubert Maga e Hamani Diori, possuíam experiência política como deputados da Assembleia Nacional Francesa. A bem da verdade, nenhum dos 17 pais da pátria teve a pujança nem o carisma dos seus predecessores: Kwame Nkrumah, no Gana (independente em 1957), e Sékou Touré, na Guiné (independente em 1958). Até Nkrumah teve uma visão totalizadora da África, como grande paladino do pan-africanismo. Outros dirigentes, como Senghor e Modibo Keita, fomentaram uma federação. O Mali – também conhecido como o Sudão Francês – e o Senegal proclamaram a sua independência no mesmo dia (20 de Junho), formando a Federação do Mali, que se dissolveu exactamente dois meses depois, a 20 de Agosto de 1960 (González, 2010).

Três anos depois ou seja, em 1963, sob iniciativa do Imperador da Etiópia Haile Selassie com a organização administrativa e burocrática impulsionada por Kwame Nkrumah e outros líderes é fundada em Addis Abeba a Organização da Unidade Africana OUA a 25 de Maio com os objectivos de:

- Promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos;
- Coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de atingir uma vida melhor para os povos de África;
- Defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos;
- Erradicar todas as formas de colonialismo da África;
- Promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Coordenar e harmonizar as políticas dos estados membros nas esferas política, diplomática, económica, educacional, cultural, da saúde, bem-estar, ciência, técnica e de defesa.

Durante os 40 anos da sua existência, a OUA conseguiu em alguns casos impulsionar as lutas de libertação nacional com argumentação junto da ONU e outros fóruns que sustentaram algumas lutas africanas que levaram posteriormente a independência. Entretanto, ao longo destes anos, os conflitos internos que assolaram os países já independentes com os Golpe de Estado a estarem na base de muitas destas situações que levaram a pobreza e a destruição de muitos destes países bem como as guerras civis fizeram com que se repensasse o modelo da

União Africana. Essa reflexão em torno do continente desde os descobrimentos até aqui nos anos pós independências é para nos dar uma ideia de que é muito difícil termos a implantação da democracia em África pois os problemas estruturais são diversos em grande parte dos 54 países que hoje compõem o continente africano.

Uma das principais funções da democracia é a protecção dos direitos humanos fundamentais, como as liberdades de expressão, de religião, a protecção legal, e as oportunidades de participação na vida política, económica, e cultural da sociedade. Os cidadãos tem os direitos expressos, e os deveres de participar no sistema político que vai proteger seus direitos e sua liberdade. Infelizmente em muitas partes de África ainda assistimos a uma privação ou condicionamento destes direitos básicos e ou fundamentais da democracia. Enquanto temos países como Cabo Verde, Senegal, Angola, África do Sul e outros onde os exemplos da consolidação da democracia são cada vez maiores, em outras regiões como em alguns países dos grandes lagos africanos ou até mesmo na Nigéria onde o terrorismo ameaça a existência do Estado e da sua organização vemos que os níveis de democracia tendem a decrescer a um nível muito vertiginoso.

Desenvolvimento económico e social em África

Como tivemos a oportunidade de ver anteriormente, é muito difícil falarmos da consolidação da democracia num continente “jovem” e com vários problemas. No que tange ao desenvolvimento económico e social, é muito complicado fazerem-se projecções muito positivas do ponto de vista real e académico pois sabemos que em grande parte dos países do continente as perspectivas concretas não são as melhores. Apesar de ser o continente mais rico (em termos de potencial mineralógico) no planeta terra, as questões estruturais de organização interna de muitos países africanos continuam a condicionar o crescimento dos mesmos. Golpes de estados frequentes, guerras civis, conflitos diversos quer étnicos quer tribais, problemas sociais como a má gestão do erário público e claro um espectro cada vez mais presente de um neo-colonialismo selvagem presente desde os primeiros dias das independências africanas faz com que o desenvolvimento do continente seja de facto uma questão muito preocupante e não muito próxima de ser alcançada na plenitude.

Com o objectivo de se dar uma nova imagem ao continente e reformular as antigas ideias ainda independentistas num discurso não muito actual, sob a iniciativa do Presidente Líbio Muammar Kadhafi na África do Sul a 9 de Junho de 2002 a União Africana com o objectivo central de manter a unidade e solidariedade africana defendendo a eliminação do colonialismo mantendo a soberania dos Estados africanos promovendo a integração económica para além da cooperação política e cultural do continente. Hoje, África tem 54 países com uma população estimada em perto de 969 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto PIB estimado pelo Banco Mundial em 1 trilhão 627 biliões de

dólares Norte-americanos. A União Africana tem vários órgãos como a Comissão da União Africana (órgão executivo), o Comité de Paz e Segurança, Parlamento Pan-Africano (composto por 265 deputados eleitos pelas legislaturas dos 53 Estados Membro) e o Conselho Economico e Cultural.

Em termos de organização económica, o continente africano está dividido em 5 regiões cada uma com a sua organização de integração regional:

- **Comunidade Económica do Estados da África Ocidental** (em inglês: Economic Community of West African States, ECOWAS; em francês: Communauté Économique des États de l'Afrique de l'Ouest, CEDEAO), cujo acrónimo é CEDEAO, é a organização de integração regional que engloba quinze países da África Ocidental: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo. O Tratado de Lagos, que estabeleceu a CEDEAO, foi assinado em maio de 1975 com o objectivo de promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região. Desde então houve apenas duas mudanças entre os membros: a entrada de Cabo Verde em 1976 e a saída da Mauritânia em 2002. O tratado da CEDEAO foi revisto e assinado em Julho de 1993, de forma a acelerar a integração económica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo o estabelecimento dum parlamento oeste-africano, um conselho económico e social e um novo tribunal para assegurar a execução das decisões da Comunidade. Este novo tratado dá formalmente à Comunidade a responsabilidade de evitar e resolver conflitos na região. Sete países desta região formaram uma união económica e monetária chamada de União Económica e Monetária do Oeste Africano sob o compartilhamento do franco CFA, a moeda comum desses países.

- **Comunidade Económica dos Estados da África Central** (CEEAC) é uma comunidade económica da África Central criada em Libreville, Gabão, em Dezembro de 1981. A CEEAC tornou-se operacional em 1985 e seus objectivos são promover a cooperação e o desenvolvimento auto-sustentável, com particular ênfase na estabilidade económica e melhoria da qualidade de vida. Os onze países membros são Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Angola.

A política da CEEAC inclui um plano de doze anos para eliminar impostos de alfândegas entre os Estados membros e estabelecer uma pauta externa comum; consolidar o livre movimento de bens, serviços e pessoas; melhorar a indústria, o transporte e as comunicações; a união dos bancos comerciais e a criação de um fundo de desenvolvimento. A sede da CEEAC está em Libreville, Gabão.

- **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral** (conhecida por SADC, do seu nome em inglês, Southern Africa Development Community) é a organização sub-regional de integração económica dos países da África austral. Os seus membros actuais são: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia Zimbabwe.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral existe desde 1992, quando foi decidida a transformação da SADCC (Southern Africa Development Co-ordination Conference ou Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), criada em 1980 por nove dos estados membros. Em 2011, a SADC engloba 14 países do sul da África.

Os países membros somam uma população de aproximadamente 210 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente 700 biliões de dólares, valor importante, especialmente levando-se em conta as economias dos países vizinhos. A região enfrenta uma série de problemas, desde dificuldades naturais como secas prolongadas, a grande prevalência do SIDA e a pobreza. A erradicação destes problemas está as principais metas do grupo, que são:

- Promover o crescimento e desenvolvimento económico, aliviar a pobreza, aumentar a qualidade de vida do povo, e prover auxílio aos mais desfavorecidos;
- Desenvolver valores políticos, sistemas e instituições comuns;
- Promover a paz e a segurança;
- Promover o desenvolvimento sustentável por meio da interdependência colectiva dos estados membros e da autoconfiança;
- Atingir a complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais;
- Promover e maximizar a utilização efectiva de recursos da região;
- Atingir a utilização sustentável dos recursos naturais e a protecção do meio ambiente;
- Reforçar e consolidar as afinidades culturais, históricas e sociais de longa data da região.

O financiamento aos projectos é obtido através de duas maneiras principais. A primeira e mais importante é a contribuição de cada um dos membros, com o valor baseado no PIB de cada um; a segunda é através da colaboração de parceiros económicos internacionais, como a União Europeia e alguns países desenvolvidos, que dependem do projecto a ser desenvolvido.

- **Mercado Comum da África Oriental e Austral - COMESA**, do seu nome em inglês, Common Market for Eastern and Southern Africa (Mercado Comum da África Oriental e Austral) é uma organização de integração económica entre países da África que tem como objectivo promover a prosperidade económica dos estados membros, através do estabelecimento de uma área de livre comércio. Tem como Estados Membro: Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibouti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Quênia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Ruanda, Seychelles, Ruanda, Sudão, Swazilândia, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe.

O tratado que fundou a COMESA foi assinado a 5 de Novembro de 1993, em Kampala, Uganda, e foi ratificado a 8 de Dezembro de 1994 em Lilongwe, Malawi. Esta organização substituiu a “Área de Comércio Preferencial” (Preferential

Trade Area, ou PTA) que existia desde 1981.

Com uma população de mais de 385 milhões de habitantes e um valor anual de importações de cerca de US\$32 biliões, a COMESA forma um mercado enorme, tanto a nível de comércio interno como externo. O secretariado desta organização encontra-se em Lusaka, Zâmbia. A COMESA é sócia do Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral (Eastern and Southern African Trade and Development Bank) de Nairobi, Quênia.

As origens da COMESA vêm da década de 1960: em Outubro de 1965, a ECA (Comissão Económica para África, um organismo das Nações Unidas) convocou uma reunião ministerial dos estados independentes da África oriental e da África austral para discutir as propostas para o estabelecimento dum mecanismo de Integração económica entre países. A reunião teve lugar em Lusaka, na Zâmbia e recomendou a criação duma Comunidade Económica dos Estados da África Oriental e Austral e, para atingir este objectivo, recomendou também a formação dum Conselho de Ministros Interinos, que deveria negociar o tratado e iniciar programas de cooperação económica.

Na primeira reunião do Conselho de Ministros Interino realizada em Addis Abeba, em Maio de 1966, foram adoptados os Termos de Associação e assinados pelos representantes do Burundi, Etiópia, Quênia, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Ruanda, Somália, Tanzânia e Zâmbia. Em Novembro de 1967, foi elaborado um programa de ação que seria integrado no Tratado quando este fosse aprovado.

No entanto, só em 21 de Dezembro de 1981, numa reunião de Chefes de Estado e de Governo em Lusaka foi assinado o tratado que estabeleceu a “Área de Comércio Preferencial” ou PTA do seu nome em inglês, “Preferential Trade Area for Eastern and Southern African States”. Esta primeira organização tinha o objetivo de atingir uma redução gradual - e eventual eliminação de taxas alfandegárias e doutras barreiras ao comércio regional. O tratado que estabeleceu a PTA visava a sua transformação num Mercado Comum, o que aconteceu a 5 de Novembro de 1993, quando foi assinado em Kampala (Uganda) o tratado que estabelecia a COMESA, que foi ratificado um ano depois em Lilongwe, no Malawi.

- **União do Magrebe Árabe - UMA-** foi criada em 17 de Fevereiro de 1989, através do Tratado de Marraquexe, assinado em Marraquexe (Marrocos). Os Estados-membros são: Argélia, Tunísia, Líbia, Marrocos e Mauritânia. A União tem como metas principais:

- Livre-circulação de pessoas, serviços, mercadorias e capitais entre os Estados-membros;
- Adopção de políticas comuns. Em matéria económica, a política comum visa assegurar o desenvolvimento industrial, agrícola, comercial e social dos Estados-membros.

Para esses objectivos serem alcançados, devem ser seguidas as seguintes

etapas:

- Instituição de uma zona de livre-comércio com o desmantelamento dos obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio entre os países membros;
- Uma união aduaneira, com o objectivo de adoptar uma tarifa exterior comum frente ao -resto do mundo;
- Um mercado comum, que deve integrar as economias do Magrebe com o fim das restrições à circulação de factores de produção através das fronteiras nacionais dos países membros.

Entretanto, apesar destas organizações de integração regional existirem, ainda não se registam de facto os seus efeitos. Numa primeira abordagem, podemos ver que a questão da dupla ou múltipla filiação pode desde já condicionar o processo. Países há que fazem parte de 3 organizações. Contudo, em grande parte dos casos as razões apontadas ou os fundamentos são as questões de segurança. Para que um estado sinta-se mais ou menos seguro deve desenvolver uma série de alianças que permitam manter a paz com os seus vizinhos.

Assim, ainda estamos longe de assistir no continente africano a um desenvolvimento das organizações de integração regional na sua plenitude pois as assimetrias existentes entre os vários Estados fazem com que o desenvolvimento do processo que se pretende semelhante ao da União Europeia encontre alguns ou mesmo muitos obstáculos. Enquanto isso, os objectivos da União Africana para o desenvolvimento do continente africano do ponto de vista económico e social ficam também longe de serem alcançados. A Nova parceria para o desenvolvimento de África NEPAD, a agenda 2013-2063 da União Africana ficam assim condicionadas a uma mudança radical na maneira da organização interna dos países africanos ou então estaremos condenados a assistir a mais longos anos de estagnação do continente. Questões como o terrorismo, pirataria marítima, radicalismos vários como tribalismos e fanatismos religiosos, o espectro do neocolonialismo selvagem que hoje “congelam” a vida em muitos países como na Nigéria, Mali, Republica Centro Africana, República Democrática do Congo, Quênia, Somália, Sudão, Líbia entre outros podem assumir outros contornos mais alarmantes caso não sejam tomadas medidas sérias para que o continente finalmente mude de imagem não só perante os seus filhos bem como perante o mundo que espera muito do mesmo. Assim, termino com uma frase que foi o título do livro que lancei na sede da União Africana em Addis Abeba no dia 25 de Maio de 2013 por altura dos 50 anos da OUA : “União Africana, Quo Vadis?”.